



# OS NÓS DOS OUTROS E OS OUTROS EM NÓS: A FORMAÇÃO PLURILATERAL DO *SISTEMA* LITERÁRIO BRASILEIRO

CAZE, Glauco Cunha (Faculdade Joaquim Nabuco)<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta um estudo sobre a formação do sistema literário brasileiro a partir das concepções de deslocamento, identidade, influências externas e nacionalismo. Tendo como ponto de partida as reflexões do crítico Antonio Candido, propõe posicionamentos críticos quanto à relação nós/outros.

**Palavras-chave:** Literatura brasileira, identidade, nacionalismo.

**Abstract:** This article presents a study on the formation of the Brazilian literary system from shifting conceptions, identity, external influences and nationalism. Taking as its starting point the reflections of the critic Antonio Candido, proposes critical positions regarding the relationship we / others.

**Keywords:** Brazilian literature, identity, nationalism.

## 1. OS NÓS DOS OUTROS

Diz-se que há uma literatura nacional quando uma comunidade contestada em sua existência coletiva tenta reunir as razões desta existência.

Édouard Glissant

Tarefa das mais espinhosas quando a pauta de discussões propõe como ordem do dia a nacionalização da literatura brasileira, é apontar, com algum grau de razoabilidade e confiança, quando e por quais meios se alcança, de fato, nossa independência literária.

Um princípio filosófico dos mais elementares apresenta a vida como uma movimentação cíclica, que se perfaz a cada volta de um calendário de vivências e

deslocamentos. A literatura não é menos que essa máxima. Imaginar, à vista disso, uma independência literária total e absoluta, que represente uma ruptura completa e definitiva com as raízes colonizadoras, parece, no mínimo, uma prevaricação, uma falta ao dever de considerar como inevitáveis, as influências excêntricas imantadas nas letras brasileiras em constante formação.

Estas influências culturais externas, de modo *lato sensu*, já se apresentam naturais e imperiosas nos mais diversos níveis de construção da nação brasileira desde os primeiros contatos entre o velho continente e as civilizações autóctones; e a literatura, por sua vez, tem um papel fundamental na construção deste senso cidadão. “A literatura faz o país e o país faz a literatura” (MARCOTTE, 1977, p.82).

Todavia, as contribuições externas aparecem, muitas vezes (quando nas tentativas de emoldurar um cenário nacional para as manifestações literárias), como um entrave, um *nó*<sup>2</sup> antítese à sensação de liberdade plena; um *nó* que, no gasganete do mais entusiasmado *Quaresma* ou aos olhos de um militante *Nhengaçu Verde-Amarelo*, compromete o efetivo sentimento de independência, de originalidade, de posicionamento próprio, de pertencimento. Tal incômodo acaba por estimular um comportamento defensivo, arredo, armado a invasões periféricas; um comportamento que desconsidera, quase sempre, que o centro de pensamento e de decisão de nosso *sistema* literário, pode ser formatado, perfeitamente, de fora para dentro, numa contribuição externa que reaviva, com insistência, nossas relações umbilicais com as forças matrizes.

O uso da expressão *sistema literário* que aqui e doravante ampara nossas reflexões, vem da contribuição do crítico e pensador Antonio Candido (1918), que no livro *Formação da Literatura Brasileira (1981)*<sup>3</sup>, identifica o surgimento da literatura em nosso país como um sistema orgânico, particular, próprio. Um *sistema literário*<sup>4</sup> que implica tradição, uma continuidade entre obras e autores, a adoção de um estilo consensual e a formação de públicos diferenciados. “Sem esta tradição não há literatura como fenômeno de civilização.” (CANDIDO, 1981, p.24)<sup>5</sup>

Recuperando um posicionamento crítico-sociológico - obra literária com o momento histórico em que ela nasce - Candido não partilha de uma concepção cética de nacionalidade eufórica; nem prega, por isso mesmo, em seu livro aqui destacado, qualquer discurso sectário, separatista. Pelo contrário, o crítico deixa claro que

no presente livro, a atenção se volta para o início de uma literatura propriamente dita, como fenômeno de civilização, não algo necessariamente diverso da portuguesa. Elas se unem tão intimamente, em todo o caso, até meados do século XIX, que utilizo em mais de um passo, para indicar este fato, a expressão “literatura comum” (brasileira e

portuguesa). (CANDIDO, 1981, p.28)

As referências ao pensamento de Antonio Candido, portanto, servem como argumento à hipótese de que o *sistema literário* – como fenômeno de civilização – como quer o crítico brasileiro, é um parâmetro lícito no estudo da formação da literatura brasileira<sup>6</sup>, mas mutilado se sucumbi à negativa gratuita das influências externas na construção de um cenário nacional. É preciso, em verdade, enxergar a formação da literatura brasileira como síntese de tendências universalistas e particulares, assim como propõe Machado de Assis em seu antológico ensaio *Instinto de Nacionalidade*<sup>7</sup>, quando diz que os temas e motivos indigenistas, tão bem trabalhados por Gonçalves Dias e José de Alencar, são um legado tão brasileiro quanto universal<sup>8</sup>; e ao que parece, esse é o mesmo entendimento de Antonio Candido, principal teórico convocado à nossa fundamentação.

Os *nós* externos – metáfora para a sombra do *outro* como ruído à autonomia literária brasileira – não apenas se mostram na ojeriza dos primeiros patriotas vigilantes do nascente sentimento nacionalista, ou dos reformadores do pensamento crítico nacional no século XX; aparecem, inadvertidamente, e em primeiro momento, na voz dos que falam de fora. Aqueles *nós*, então, representam um lugar, um posicionamento. Já esses distanciados *nós*, um *entre - lugar*, uma intermitência, uma cisura entre nós e a essência dos outros. Pensar a nacionalização da literatura brasileira a partir dos elementos próprios da nação, afastando-se o mais possível dos referenciais externos, é, de qualquer maneira, posicionar-se, é marcar lugar, é tentar – não dando espaço – fugir de uma filiação indesejada num momento de maioria intelectual. O que, ao fim e ao cabo, contribui para a não percepção (ou não aceitação) de que a construção do *sistema* literário brasileiro passa pelo subsídio externo impregnado em elementos distintos. Da mesma forma, apontar um caminho que ajude a pavimentar uma literatura nacional, estando de fora dessa literatura, e com isso deixando de negritar seu papel de fomentador, é criar um estado de suspensão para considerações importantes a essa carreira das letras em formação. É minimizar o elemento excêntrico vocacionado a contribuir com o centro de pensamento dessa literatura. De acordo com Antonio Candido (1981), desde Ferdinand Denis e Almeida Garret, [...] tomou-se a *brasilidade*, isto é, a presença de elementos descritivos locais, como traço diferencial e critério de valor.

Esta *brasilidade* incitada pelo olhar francês do polígrafo Eugène de Monglave (1796-1873) e do historiador Ferdinand Denis (1798-1890), debruçados que estavam sobre questões brasileiras no século XIX (influenciados pela novela *Atala*, de Chateaubriand, em 1801), estimulava, desde então, escritores brasileiros a construir

uma literatura própria, nacional, privilegiando a descrição da natureza e de seus traços indiscutivelmente exóticos. Como menciona Leyla Perrone-Moisés, no ensaio *Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina*: “O grande público do Primeiro Mundo quer que os latino-americanos sejam pitorescos, coloridos e mágicos, têm dificuldade em vê-los como iguais não completamente idênticos...” (PERRONE-MOISÉS, 2007, p.49). Descrever a natureza sem necessariamente se voltar à uma reflexão da linguagem. Para o viajante francês, a “cor local”<sup>9</sup> era prerrogativa fundamental para a elaboração de uma literatura própria.

Nessas belas paisagens, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve alargar-se como espetáculo que se lhe oferece; majestoso, graças às obras-primas do passado, tal pensamento deve permanecer independente, não procurando outro guia que a observação. Enfim, a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo. (DENIS, 1978, p.36)

É bem verdade que em seu tratado Denis não desconsiderou a importância da literatura externa para os homens de letras do Brasil. “Mas, fato [...] notável é a influência que nossa literatura exerce hoje em dia sobre a dos brasileiros [...] lêem os poetas franceses conhecendo-os quase todos.” (DENIS, 1978, p.41) Todavia, a importância dessa influência no cerne da formação literária brasileira, torna-se eclipsada quando a própria orientação externa é a de valorização - como pressuposto a uma independência cultural - do particular, do interno, do extravagante; orientação que acaba por fazer surgir, como já dito anteriormente, uma vacância de informações por demais pertinentes ao fecundo, mas ainda rudimentar, *sistema* literário nacional.<sup>10</sup>

Com estas observações não queremos aqui reduzir a importância dos estudos de Ferdinand Denis, uma vez que seu propósito a época era – de bom tom - contribuir para um reconhecimento da escrita brasileira<sup>11</sup>. O que se pretende destacar é que qualquer reducionismo - como, por exemplo, as reflexões sobre o clima dos trópicos feitas pelo higienista francês Michel Lévy, citado por Silvio Romero em seu *História da Literatura Brasileira*, de 1882<sup>12</sup> – dificulta o entendimento mais amplo de questões que compõem o processo de construção de uma literatura nacional. A preocupação etnológica, dessa forma, tolheu a criatividade do escritor brasileiro.

Como inscrever então, esse “centro excêntrico” – essas questões mais amplas - como parte de nosso sistema de reflexão literária e como formador e problematizador do nosso centro de pensamento e decisão? Como possibilitar o fluxo natural das contribuições externas em nosso epicentro literário?

## 2. OS OUTROS EM NÓS

Sabemos que o externo importa, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição de uma estrutura, torna-se, portanto, interno.

Antonio Candido

Na obra *Literatura e Sociedade* (2006), ao referir-se ao *Fausto do Macrocósmos*<sup>13</sup>, Antonio Candido faz lembrar – no capítulo sobre *crítica e sociologia* – que “tudo é tecido num conjunto, cada coisa vive e atua sobre a outra” (CANDIDO, 2006, p.15). Com essa observação, o crítico brasileiro acaba, por instinto, ampliando o princípio da *continuidade* pelo qual explica o processo interno de formação da literatura brasileira, à medida que abre espaço para a percepção, para o entendimento de que há um “outros” (matéria externa) atuando, como que por osmose, em um “nós” (matéria interna). De sorte que cada outro se torne, gradativamente, parte de um nós.

Seja com o “novo homem”<sup>14</sup>, como queria Araripe Júnior (1848-1911) em sua fala sobre a chegada do europeu em terras brasileiras no século XVI; seja com as Academias de concepção universal da fase neoclássica, como quer Antonio Candido; a literatura brasileira vem sendo construída e consolidada sob o signo das relações nascedouras, da presença íntima de um outro e da relação primária que sempre existiu entre o colonizador e o colonizado.

A literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público [...] (CANDIDO, 2006, p.84)

Fechar os olhos a esta natural força de ação de uma obra sobre outra, de uma cultura sobre outra, é fazer como fizeram, em alguma medida, os Românticos brasileiros do século XIX que, “no afã de encontrar tudo no índio, de certo modo, compuseram uma literatura para o passado brasileiro” (CANDIDO, 2006, p.179). Uma literatura de dentro para mais dentro ainda, evitando considerar, inclusive, que a própria ideia de imortalizar o índio como herói nacional, sucede naquele momento do conceito europeu – portanto, externo – de idealização do cavaleiro medieval como representante do povo europeu. Ou seja, uma inspiração externa, para uma construção interna. “São as misturas efetuadas que constituem nossa originalidade com relação aos países colonizadores” (PERRONE-MOISÉS, 2007, p.22).

Exceção a este olhar cerrado, ainda no contexto do Romantismo, é o trabalho do romancista José de Alencar, que, alimentando as bases da identidade brasileira (a questão do nacionalismo liga-se à da identidade<sup>15</sup>), elabora um diálogo entre culturas (colonizado e colonizador), dando origem a um processo recíproco de desculturação e culturação, numa postura mais apropriada e menos etnocêntrica, uma literatura, assim, de dentro para fora e de fora para dentro; embora a consciência ingênua de Alencar não permita, ainda, um distanciamento crítico do pensar nacional como farão os escritores modernos.

O etnocentrismo – grau mais acentuado de aversão aos mencionados *nós* do primeiro momento deste estudo - é uma postura que vai de encontro ao um desejo de alteridade, de um senso crítico mais justo de nação, uma vez que “de modo geral, o nacionalismo, para se firmar, é purista: rejeita o outro e acaba por tender ao racismo” (PERRONE-MOISÉS, 2007, p.44). A primeira providência para inscrever as influências do centro excêntrico no nosso centro de pensamento e decisão, é, pois, despir-se da arrogância ufanista que pode levar (e com frequência leva) à xenofobia. As culturas se constituem por empréstimos, assimilações e deslocamentos; se perfazem com frequência e colaboram umas com as outras. “Nenhuma cultura é auto-suficiente [...] Toda cultura é resultado de intercâmbios [...] A cultura de Roma, por exemplo, se desenvolveu ao assimilar a Grécia” (PERRONE-MOISÉS, 2007, p.22). Aceitar como legítima a contribuição que vem de fora, acresce nosso núcleo de reflexões literárias e contribui para o fortalecimento de um nacionalismo plural, consciente de suas origens primeiras. Mesmo porque, de acordo com o escritor Octavio Paz<sup>16</sup>, “renunciar à influência europeia seria renunciar uma parte de nós mesmos, porque sem ela, nossa arte e nossa literatura não seriam o que são” (PERRONE-MOISÉS, 2007, p.46).

E mais,

excluir o elemento europeu seria eliminar um “corpo estranho” que é parte constitutiva de nós mesmos, parte, por assim dizer, mais íntima do que os que nos restam dos índios ou dos africanos, já que a língua<sup>17</sup>, como se sabe é formadora e formatadora de toda visão de mundo, e, portanto, de toda cultura. (PERRONE-MOISÉS, 2007, p.90)

A língua é prova inequívoca de nossas relações com a metrópole, ainda que fator primordial no afunilamento de uma nacionalidade literária; muito embora alguns pensadores defendam que a nacionalidade não está na língua, está na temática. De qualquer maneira “nossas jovens literaturas nasceram em velhas línguas, em que já existia uma tradição literária” (PERRONE-MOISÉS, 2007, p.42). A ideia de pátria passa pelo solo, pelo sangue, pela identidade religiosa, cultural, mas as tensões de um

tempo aparecem na linguagem. A própria crítica de hoje tem se interessado, consoante Antonio Candido, pela carga extra-literária, pelo idioma, pela linguagem<sup>18</sup>.

A língua portuguesa não é suficientemente rica para nomear a multiplicidade de referentes do novo mundo. Nomeando a América com a ajuda de vocábulos emprestados da língua indígena (sobretudo do Tupi), o poeta convoca este mundo à existência. (BERND, 2011, p.49)

É o que vai fazer José de Alencar, que consegue abraçar a língua utilizando-se de palavras do tupi e, desta forma, alcançar o que há de mais poético na fala indígena. A obra de Alencar é fundacional pela relação com as raízes, mitos e genealogias. Para o autor de *Iracema*, o indianismo passa por uma forma<sup>19</sup>, por um modo de organizar as lendas, e a língua tem um papel fundamental nesta organização. O escritor cearense até se aproxima dos apontamentos de *Ferdinand Denis* quando lança mão da descrição do exótico, entretanto, sem a exacerbação sugerida pelo escritor Frances e com uma efetiva atenção à linguagem. Parecia entender já nos escritos do século XIX que “o exotismo pratica um conhecimento de superfície e faz elogios do outro, em grande parte baseados no desconhecido ou em um conhecimento meramente superficial” (BERND, 2011, p.37).

Outro grande nome das letras brasileiras que parece concordar com a insuficiência da língua portuguesa como qualificadora das inúmeras potencialidades deste novo mundo, é o escritor João Guimarães Rosa, que buscou, pela linguagem (através de neologismos, arcaísmos e aforismos), uma essência nacional. São os modernistas do século XX que vão soerguer a linguagem como padrão de reconhecimento literário. “A partir do modernismo (1922), a literatura passou a exercer preponderantemente uma função dessacralizadora” (BERND, 2011, p.135). Esse momento literário referenda a principal tese deste estudo quando demonstra, em manifestos do período, a importância da absorção do elemento externo para o centro de reflexão de nossa literatura. “Os modernistas brasileiros foram buscar em nossos ancestrais, os tupinambás, o conceito de antropofagia [...]” (BERND, 2011, p.30), e a partir daí, oferecer um espaço respeitoso e funcional às marcas externas que nos avizinham.

Agitadores culturais, Mário e Oswald de Andrade têm papel fundamental nesta abertura solícita às influências externas. Ampliam e diversificam seus limites de atuação, distanciando-se de posturas reducionistas e etnocêntricas.

Quando a identidade leva os escritores a acreditarem que o mundo finda nos limites de sua tribo, em vez de se internacionalizarem, estes autores se fecham em um

etnocentrismo que reduz sensivelmente a sua legibilidade. (BERND, 2011, p. 19)

Mário de Andrade, com sua anotação sobre “entidade nacional” (o brasileiro é um sujeito cultural ainda indefinido, em formação, por isso “entidade” e não identidade) capta o discurso excluído, implode as noções etnológicas. Não obstante ter se debruçado, em grande parte de sua vida, em pesquisas internas sobre o folclore brasileiro, consegue em suas obras – notadamente *Macunaíma*, a própria representação da “entidade brasileira” – abrir diálogo com as influências externas, apreendendo e valorizando, por exemplo, a contribuição do negro, tão esquecida nas narrativas sobre a formação do povo brasileiro em José de Alencar.

Oswald de Andrade encontrou, definitivamente, a solução para “o problema das influências estrangeiras, que consistiria, não na sua recusa, mas na sua incorporação deliberada. A metáfora utilizada foi a da antropofagia [...]” (PERRONE-MOISÉS, 2007, p.45).

Ao devorar ritualmente seus inimigos, os índios acreditavam assimilar suas qualidades; o que os obrigava a avaliá-las previamente, devendo isso resultar no esforço das capacidades do devorador (instância assimiladora). Transpondo tal prática para o domínio cultural da modernidade brasileira, Oswald considerava que, pela dupla operação de assassinato e devoração do pai europeu, o filho resolveria seu complexo de Édipo e transformaria Tabu em Totem. Essa proposta tinha a vantagem de substituir o que mais tarde seria chamado de “angústia da influência”, por uma apropriação voluntária da mesma. (PERRONE-MOISÉS, 2007, p.45 e 46)

Assim, o pensamento moderno da literatura brasileira dá uma grande contribuição ao processo de formação de nossa identidade cultural, ao descortinar, sem prejuízo ao valor estético do que era produzido, a diversidade de nossa riqueza literária advinda e formatada das contribuições externas. Afinal, o Brasil não é culturalmente uniforme nem mesmo em seu enorme território.

O ponto de vista histórico é um dos modos legítimos de estudar literatura. De acordo com Antonio Candido, interessa averiguar como se manifestou uma literatura enquanto sistema orgânico, articulado, de escritores, obras e leitores, reciprocamente atuando, dando lugar à tradição literária. Para o crítico, antes do século XVIII não havia um *sistema* coerente, tradição orgânica própria, nem densidade espiritual ao meio literário brasileiro, predicativos adquiridos com os escritos do neoclassicismo e com o posterior senso pátrio do fecundo século XIX.

Todavia, em seu estudo sobre *A Formação da Literatura Brasileira*, Antonio Candido - como já dito anteriormente - negligencia o elemento externo (que deixa de

figurar como partícipe do núcleo pensador de nossa literatura) quando, por exemplo, não menciona o trabalho da crítica como mediadora nas impressões do leitor, ou quando diminui a atenção às traduções literárias que podem ser entendidas como um pensamento externo que se revela ao centro de nosso pensamento, de nossa identidade cultural.

A identidade é um conceito que não pode afastar-se do de alteridade. A identidade que nega o outro, permanece no mesmo. Excluir o outro leva à visão especular que é redutora: é impossível conceber o ser fora das relações que o ligam ao outro. (BREND, 2011, p.17)

Portanto, considerar e absorver as influências externas que sinalizam de maneira propositiva para com o nosso pensamento nacional, e negar toda e qualquer postura etnocêntrica, são as formas mais objetivas de por, no centro das discussões literárias nacionais, os elementos que podem e devem alargar o *sistema* literário brasileiro defendido pelo crítico Antonio Candido.

#### NOTAS

- <sup>1</sup> Professor de Língua Portuguesa na faculdade Joaquim Nabuco - Recife. Pesquisador em Doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE em Letras (Teoria da Literatura)
- <sup>2</sup> Como concepção de ponto grave, o mais difícil de um negócio. (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa - 3ª. edição eletrônica autorizada à POSITIVO INFORMÁTICA LTDA) Para efeito desse estudo: o elemento externo incômodo, desconfortável, importuno. Que se evita considerar.
- <sup>3</sup> Capítulo 01: Literatura como Sistema (páginas 23 a 25).
- <sup>4</sup> Sistema literário= produtor (autor) + o receptor (público) + mecanismo de transmissor (a linguagem).
- <sup>5</sup> Para Antonio Candido é importante que haja uma tradição contínua de estilos, temas e formas.
- <sup>6</sup> Embora Antonio Candido acabe por desconsiderar, na proposta de seu sistema literário, o estatuto da crítica e das traduções literárias, por exemplo, como influências externas de outros sistemas.
- <sup>7</sup> Publicado originalmente na revista O Novo Mundo, 24/03/1873, em Nova York. O ensaio mostra que o escritor não compactuava nem com a atitude nacionalista estreita, nem com o repúdio total a suas manifestações.
- <sup>8</sup> Aqui uma concepção de “dentro para fora”: o nacionalismo é necessário, consoante Machado de Assis, para a formação de tradições nacionais que possam ser inseridas, a posteriori, num contexto universal.
- <sup>9</sup> Em seu Instinto de Nacionalidade, Machado de Assis considera a “cor local” uma funesta ilusão: “Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores

e de aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais.” (ASSIS, 1873, p.144)

- <sup>10</sup> Muito embora, para Antonio Candido esse sistema literário já se consolide no século XVIII com a produção árcade brasileira. “É com os chamados árcades mineiros, as últimas academias e certos intelectuais ilustrados, que surgem homens de letras formando conjuntos orgânicos e manifestando em graus variáveis a vontade de fazer literatura brasileira.” (CANDIDO, 1981, p.25); pensamento dispar do crítico Afrânio Coutinho, para quem já há literatura brasileira a partir do século XVI.
- <sup>11</sup> Para o historiador francês, se os brasileiros se contentassem em descrever as belezas naturais do Brasil, já teriam uma boa literatura.
- <sup>12</sup> O clima, a depender do posicionamento geográfico de uma nação, acima ou abaixo dos trópicos, determina a capacidade criativa do escritor. No Brasil, “certo abatimento intelectual, uma superficialidade inquieta, uma irritabilidade, um hepatismo que se revela nas letras [...] Os habitantes dos climas equatoriais experimentam desde o nascer do sol os efeitos do calor.” (CÉSAR, 1978, p.16)
- <sup>13</sup> Referência a obra Fausto, do alemão Johann W. Goethe (1749-1832).
- <sup>14</sup> De acordo com o crítico Araripe Júnior, no instante em que o homem europeu pôs os pés no Brasil, iniciou uma nova realidade histórica, criando novas vivências, fazendo-se um “novo homem”, obnubilando, tornando-se brasileiro; portanto, produtor de uma literatura já genuinamente brasileira. Do livro Conceito de Literatura Brasileira (1981), de Afrânio Coutinho.
- <sup>15</sup> “Literatura Nacional: Que outra coisa não é senão a alma da pátria!” (José de Alencar, *Sonhos de Ouro*, 1872)
- <sup>16</sup> Em Leyla Perrone-Moisés (2007)
- <sup>17</sup> Grifo nosso.
- <sup>18</sup> Em Os Elementos de Compreensão (página 34) do livro Formação da Literatura Brasileira (1981).
- <sup>19</sup> Maneira como se organiza a linguagem, o conteúdo.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Sonhos D'Ouro*. Fonte Digital: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro - A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo [www.bibvirt.futuro.usp](http://www.bibvirt.futuro.usp)

ASSIS, Machado de. *Obras Completas de Machado de Assis – Crítica Literária*. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda, 1955.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BREND, Zilá. *Literatura e Identidade Nacional*. 3ª Ed. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2011.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6ª Ed. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1981.

\_\_\_\_\_. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Ouro sobre Azul, 2006.

CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda, 1981.

\_\_\_\_\_. *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe, nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.